

BRUNO ROSA
brunorosa@globo.com.br

A Petrobras estuda com o Mubadala, o fundo soberano dos Emirados Árabes Unidos, uma espécie de "IPO privado" para recomprar as ações da Refinaria de Mataripe, na Bahia (IPO significa "oferta pública de ações em Bolsa"), de acordo com fontes ouvidas pelo GLOBO. A refinaria foi privatizada em 2021, na gestão de Jair Bolsonaro. A ideia em estudo, que ainda precisa passar por aprovação dos conselhos de administração das empresas, é que a estatal compre mais de 51% das ações da unidade e, em seguida, reincorpore o ativo em seu patrimônio. Ou seja, ao fim, a refinaria voltaria a ser controlada pela estatal.

Os estudos indicam que a Refinaria de Mataripe poderia ser isolada em uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), que passaria por uma operação de venda para a estatal. Mas também não está descartada a entrada de um novo sócio. "O percentual de participação deverá ser majoritário, como um sem outro sócio. A ideia é recuperar a liderança da estatal na operação", disse uma outra fonte do setor.

Segundo as fontes, as negociações estão sendo feitas diretamente entre o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, e o comando do Mubadala no exterior. Recentemente, Prates esteve no Oriente Médio. Em um post em uma rede social, ele disse que teve uma reunião com o CEO do Mubadala Investment Company e presidente do Conselho de Administração do Mubadala Capital, Waleed Al Mokarrab Al Muhairi, e que ficou acordado que as equipes intensificarão os trabalhos "com vistas a finalizar a nova configuração societária e operacional ainda neste primeiro semestre de 2024".

ANTIGO NOME DE VOLTA

Embora a refinaria tenha sido rebatizada de Mataripe, Prates ainda chama a unidade de Rlam, em referência ao nome usado nas últimas décadas pe-



Apostila. A Refinaria de Mataripe: a maior entre as quatro unidades que foram vendidas pela Petrobras no antigo programa de venda de ativos da companhia

Petrobras quer retomar controle da Refinaria de Mataripe

Ideia é recomprar mais de 51% das ações do fundo árabe Mubadala, que arrematou a unidade em leilão em 2021

la estatal (Refinaria Landulpho Alves). A unidade responde por pouco mais de 10% da capacidade de refino do Brasil e foi a maior entre as quatro unidades vendidas pela estatal no antigo programa de venda de ativos da companhia. Segundo fontes, a refinaria voltará a se chamar Rlam.

De acordo com as fontes, ainda haverá a contratação de uma empresa de avaliação para definir o preço. Para isso, além de se levar em conta análises do fluxo de caixa, é feito um estudo da perspectiva de crescimento da unidade, do setor e os futuros inves-

timentos. O Mubadala pagou US\$ 1,8 bilhão por 100% das ações em leilão em 2021.

Ontem, em evento no Cnpes, unidade de pesquisa da Petrobras, para o lançamento de tecnologia que faz a separação de água e óleo com rejeição de gás carbônico no fundo do oceano, Prates afirmou que é importante recuperar a operação da refinaria, mas disse que ainda não há negociações para definir o preço. Para isso, além de se levar em conta análises do fluxo de caixa, é feito um estudo da perspectiva de crescimento da unidade, do setor e os futuros inves-

timentos. O Mubadala pagou US\$ 1,8 bilhão por 100% das ações em leilão em 2021. Ontem, em evento no Cnpes, unidade de pesquisa da Petrobras, para o lançamento de tecnologia que faz a separação de água e óleo com rejeição de gás carbônico no fundo do oceano, Prates afirmou que é importante recuperar a operação da refinaria, mas disse que ainda não há negociações para definir o preço. Para isso, além de se levar em conta análises do fluxo de caixa, é feito um estudo da perspectiva de crescimento da unidade, do setor e os futuros inves-

Macabúba, do biocombustível? E nós estamos analisando. Queremos voltar a fazer parte da gestão da refinaria, pois é importante. Para nós, essa refinaria complementa uma série de sinergias com o resto do sistema. Não nos cabe adiantar nada, mas recuperar a Rlam é importante.

Sem detalhar a operação, Prates lembrou que a busca de uma solução por parte do Mubadala provou que a tese de vender as refinarias no Brasil para gerar concorrência não deu certo: — Não deu certo a tese de que vender uma refinaria no

mio de um mercado que tem uma área de influência bem definida fazia diferença em termos de preço. Ao contrário. Ela não conseguiu praticar esse preço. Como a gente dizia na época no Senado, a refinaria de Porto Alegre não vai competir com a da Bahia na Bahia. Quem tem que suprir a Bahia é a refinaria local ou quem conseguir importar o que a refinaria local não puder suprir ou se ela exagerar no preço. A regulação é própria. Não é fábrica de calçados. Refinaria não é assim, tem área de influência, e isso está provado. Espero que a gente tenha aprendido a lição.

GESTÃO NA BRASKEM

Também no evento de ontem, Prates disse que a Petrobras vai aproveitar o processo de venda da fatia da Novonor (ex-Odebrecht) na Braskem para participar da gestão de igual para igual com um novo sócio. A Braskem, que já chegou a receber propostas da Unipar e da J&F, tem hoje como principal interessado a Abu Dhabi National Oil Company (Adnoc), a estatal de petróleo de Abu Dhabi, nos

Emirados Árabes Unidos.

— É natural que em uma nova estrutura, com um sócio de mesmo tamanho, um conglomerado, a gente tenha uma cotação, de igual para igual. Mas isso não está sendo tratado agora. Isso é um fator que virá depois de definido o sócio — afirmou Prates.

A gestão da Braskem está a cargo da Novonor, que tem 50,1% do capital votante. A Petrobras tem 47% das ações com voto, mas não participa do processo decisório.

— Temos uma conversa de alto nível de futuro com a Adnoc. Mas não é só a Braskem. Estamos trabalhando com o "se" for ela. A mesma coisa com a estatal petroquímica do Kuwait. Ela também nos perguntou sobre a Braskem, mas até agora não fez proposta. E o processo está aberto.

O executivo lembrou que o setor petroquímico faz parte do novo plano de negócios da estatal. Na viagem ao Oriente Médio, Prates destacou a busca por parcerias no setor de fertilizantes, onde vai voltar a investir. Ele citou conversas com estatais da Arábia Saudita, do Kuwait e do Qatar.

— A Qatar Energy é um fornecedor de gás importante e tem fornecido fertilizantes. Somos um comprador importante de CNL do Qatar, embora os últimos carregamentos tenham sido dos EUA. Eles estão dispostos a abrir mais espaço para conversas sobre preços. Isso na busca de melhorar o nosso preço de gás importado e, ao mesmo tempo, viabilizar a produção de fertilizantes.

A Petrobras apresentou ontem o Híspex, que faz a separação de água e óleo e a rejeição de gás carbônico no fundo do oceano. O equipamento deve ser instalado em 2025 na área de Mero, no pré-sal da Bacia de Santos. O investimento é de US\$ 1,7 bilhão.

— Descarbonizar é fundamental. É um processo importante e vai fortalecer o que já estamos fazendo. Hoje, 25% do gás carbônico rejeitado no mundo (em campos de petróleo) é da Petbrás.

Carf mantém cobrança de R\$ 9,18 bi à estatal em discussão sobre Cide

RENAN MONTEIRO
renanmonteiro@globo.com.br

A 3ª Turma da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) manteve duas cobranças de impostos à Petrobras, que juntas somam R\$ 9,18 bilhões. A empresa pode recorrer. O Carf é o órgão ad-

ministrativo no qual os contribuintes recorrem de decisões da Receita Federal.

Está em jogo a tributação pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), em dois processos sobre o mesmo tema. Para a Receita, as contratações da estatal relativas a trabalhos de sondagem, perfu-

ração e exploração de poços, por exemplo, foram feitas "artificialmente" em dois contratos: um de afretamento e outro de serviços.

A Receita argumenta que a maior parte do preço pago pela Petrobras nesses contratos foi atribuída ao afretamento de plataformas para exploração de petróleo — que não

prevê a retenção de impostos. Por outro lado, só os 10% restantes foram atribuídos aos serviços, que são tributados, conforme informações presentes em documento do processo tramitando no Carf. A Receita defende a cobrança Cide porque entende que a estatal, ao contratar plataformas, buscou reduzir

a base de cálculo para a cobrança do imposto. Com o chamado "split contratual", o Fisco desconsiderou os afretamentos e disse se tratar de importação de serviços. "Após, em mais aprofundada análise dos contratos, verificou-se que, em essência, eram contratos de prestação de serviço, portanto o valor

da receita desta prestação de serviço deveria de ser tributada, pois que fugiria ao objetivo do regime especial de tributação", cita o acórdão da 3ª Turma Ordinária.

O julgamento na 3ª Turma foi iniciado em outubro, mas havia sido suspenso por um pedido de vista.

O valor de R\$ 9,18 bilhões consta no último Formulário de Referência da Petrobras, documento destinado a investidores.

Maricá lidera ranking de arrecadação com royalties

Cidade recebeu R\$ 2,4 bilhões ou 13% do total distribuído aos municípios. Já o Rio caiu da sexta para a nona colocação

ANA FLÁVIA PILAR
anapilar@globo.com.br

Dados publicados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostram que o pagamento de royalties pela indústria de extração de petróleo e gás no país totalizou R\$ 53,6 bilhões em 2023, cerca de 9,2% a menos do que no ano anterior. O valor transferido diretamente aos estados foi de R\$ 14,37 bilhões, enquanto os municípios receberam R\$ 18,15 bilhões.

A cidade do Rio de Janeiro viu sua posição no ranking dos municípios mais bem pagos em royalties cair do sexto para

o nono lugar, mas ainda assim recebeu R\$ 306 milhões. A campanha nacional foi Maricá, com nada menos que R\$ 2,4 bilhões em royalties, ou 13% do total distribuído para os municípios. A cidade fluminense tem 197 mil habitantes, segundo o Censo de 2022.

Enquanto isso, municípios como Araruama e Cabo Frio avançaram no ranking nacional, devido à exploração de novos campos, aumentando a fatia recebida pelo Estado do Rio de 79,78% em 2022 para 83,36% no ano passado.

— Aumento muito a arrecadação de royalties por conta dos novos campos do pré-sal, que têm uma produção muito

alta — explicou Pedro Rodrigues, sócio do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie).

O pagamento de royalties para Araruama aumentou de R\$ 290 milhões para R\$ 427 milhões. No município do Rio, a arrecadação caiu de R\$ 374,5 bilhões para R\$ 306,9 bilhões.

O aumento da produção em outros municípios fluminenses explica a queda do Rio. O pagamento dos royalties é dividido de acordo com o quanto cada cidade contribuiu para a produção nacional.

Para Rodrigues, alguns fatores puxaram o resultado nacional para baixo no ano passado, principalmente a queda no preço internacional do barril



Navio-plataforma. Extração de petróleo e gás totalizou R\$ 53,6 bilhões em 2023

de petróleo, que vinha de patamares bem altos, além da redução no volume produzido. Edmar Almeida, professor do Instituto de Energia da Pontifícia Universidade Católica

(PUC) do Rio, lembra que a média de preço do barril do tipo Brent foi de US\$ 82 em 2023, ante US\$ 100 em 2022. As estimativas para os próximos meses ainda são in-

certas devido a possíveis pressões externas sobre o preço da commodity e ao volume de produção, podendo haver mudanças na distribuição entre os estados mais à frente, especialmente se a Margem Equatorial for declarada comercial, explica Rodrigues.

A margem se estende por uma área de mais de 2,2 mil quilômetros do litoral do Amapá ao Rio Grande do Norte.

A Petrobras planeja começar a campanha exploratória pela bacia da Foz do Amazonas, que voltou a atrair o interesse das petroleiras após descobertas de grandes reservas na Guiana. No entanto, o Iama negou a licença ambiental. Já Almeida prevê estabilização em 2024. Ele diz que a produção está aumentando em alguns países, mas, em outros, o crescimento da demanda está desacelerando, evitando mudanças bruscas no preço.